



**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas**

Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor

Ata - 4ª Reunião

Abertura

Às 09:00 horas do dia 08 de Julho de, no auditório do Hotel Pathernon, em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 4ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de João Paulo Capobianco (JPC) e secretariada por Tasso Azevedo (TRA).

1. Apresentação e Aprovação da Agenda [pg 1 a 3]

- 1.1 O Presidente abriu os trabalhos cumprimentando a todos e passou a palavra para TRA que fez alguns esclarecimentos sobre o espaço físico, informando que a próxima reunião seria provavelmente na sala do Conselho Nacional de Educação, que seria mais confortável. Informou também sobre a nova distribuição dos horários dos trabalhos com dois períodos de três horas sem intervalo para café e com almoço oferecido a todos participantes no próprio local da reunião. Esclareceu também que esta mudança permitiu otimizar o tempo e incluir na agenda um tema de pauta adicional: o informe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a sua linha de demanda espontânea na área de água e florestas.
- 1.2 Seguiu-se a apresentação dos observadores convidados. O Anexo 1 desta Ata contém a lista de todos os presentes.

2. Aprovação da Ata da 3ª Reunião (1ª Extraordinária) [TP-03]¹ [Pág. 3]

- 2.1 O presidente apresentou o ponto de pauta 3 e solicitou que Paulo Sérgio Pellegrini observasse que, na página 12, não havia sido computado o voto da ABEMA Nordeste. Foi esclarecido que a ABEMA Nordeste havia votado na proposição de nº 3.
- 2.2 Sem outros comentários, foi aprovada, então, a ata da 3ª Reunião da CONAFLO, 1ª Extraordinária.

¹ TP = Tema de Pauta

3. Atualização e Informes

3.1 Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas [TP-05] [Pág 3-13]

3.1.1 TRA relatou que entre dezembro de 2003 e junho de 2004, foi desenvolvido um anteprojeto de lei de gestão de florestas públicas, através de um processo que envolveu um grupo de trabalho de 90 pessoas, reunido em quatro oportunidades, no seminário internacional realizado em Belém, com mais de 250 participantes e um amplo processo de consulta, envolvendo mais de 1200 entidades. A CONAFLO debateu o tema nas três reuniões até aqui realizadas. A terceira reunião realizada, o PL foi o tema exclusivo de pauta. Relatou também que a versão atual em fase final de discussão mantém os pontos recomendados pela CONAFLO. Por fim propôs uma discussão a respeito da estratégia de apoio ao PL, quando este chegasse ao Congresso Nacional.

3.1.2 **João Paulo Ribeiro Capobianco** esclareceu que o projeto havia sido amplamente debatido e estaria em fase final para ajustes internos para encaminhamento para a Casa Civil e em seqüência para o Congresso Nacional.

3.1.3. Neste ponto as seguintes intervenções foram realizadas:

- **Antônio Carlos Hummel** (IBAMA), solicitou que ficasse registrado em Ata que o IBAMA é contrário a criação do Serviço Florestal Brasileiro e que a associação dos servidores do IBAMA havia mandado uma correspondência à ministra, colocando essa posição. Elencou também, numa segunda intervenção, as razões para a posição do Conselho Gestor do IBAMA incluindo a preocupação com a fragilidade da estrutura do IBAMA e a necessidade de estudos aprofundados sobre a nova estrutura.
- **José Rubens Pereira Gomes** (GTA), demonstrou sua preocupação com as possíveis mudanças no PL. Ele declarou que, se houvesse mudanças consideráveis, seria seu desejo trazer a discussão novamente para a base, uma vez que mais de 1400 entidades foram mobilizadas durante a discussão do PL. Alertou para o fato de que o debate já tinha acontecido na CONAFLO com a participação de todos os órgãos de governo envolvidos. Não seria adequado abrir novamente o debate de temas fundamentais porque atrasaria todo o processo.
- **Girolamo Domenico Treccani** (CONTAG) manifestou sua estranheza e lamentou que no final de um processo amplamente democrático estivesse acontecendo uma guinada para trás. A discussão durante o processo levou a proposta da criação do Serviço Florestal e não seria possível simplesmente eliminar o órgão e suas atribuições.
- **Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) disse acreditar que em parte a criação do Serviço Florestal e a estrutura do PL reflete lições aprendidas durante o processo, inclusive do informe sobre a Visita a Austrália. Elogiou a iniciativa e o conteúdo do Informe Austrália e salientou que o trato da discussão política entre os papéis do IBAMA e do Serviço Florestal deveria ser dirimido pela Ministra por ser neste ponto um tema de economia doméstica.
- **Virgílio Viana** (ABEMA-NO) comentou que alguns pontos levantados pela ABEMA NO não teriam recebido resposta formal. Afirmou que a criação do Serviço Florestal é um avanço, mas deveria também haver um apoio maior as estruturas estaduais.

- **Tasso Azevedo** (PNF/MMA) esclareceu que todos os temas levantados foram tratados nas reuniões da CONAFLORE e as recomendações incorporadas nas sucessivas versões do PL. Também esclareceu que a viagem a Austrália foi parte do processo de preparação do PL e que as recomendações do relatório bem como dos outros estudos estratégicos foram incorporadas no debate.
- **Eirivelthon Lima** (FBOMS) salientou que o Informe Austrália tem lições não só para o PL, mas para o PNF como um todo. Sugeriu ainda que deveria ser realizado um produto parecido levando em conta a realidade de outros países como Guatemala e México que são mais voltados para o manejo comunitário.

3.1.4 O Presidente esclareceu que o ministério e a ministra entendiam que o projeto não poderia ser encaminhado ao Congresso sem a instância operadora do mesmo. Disse que a idéia que estava sendo proposta à sociedade brasileira, de criar a possibilidade de se ter uma Gestão de Florestas Públicas, só seria viável com a instância operadora do projeto.

Explicou que o que estava sendo discutido era como iria se compor objetivamente, o que significaria aquela instância, como seria a articulação, não apenas com o IBAMA, mas com os demais órgãos de governo que operariam naquela área; como iria ser composto, como ela funcionaria objetivamente para atender ao desafio colocado pelo projeto.

Assegurou que não haveriam mudanças estruturais no projeto e, caso houvessem, novo processo de consulta seria realizado.

Com relação aos prazos, havia realmente necessidade de mais tempo devido à complexidade das questões envolvidas e, além do mais, não adiantaria encaminhar algo que não tivesse a adesão no âmbito do governo. Finalizou afirmando que o projeto estava em fase final de ajuste dentro do Ministério, ajuste este que era do ponto de vista de organização institucional, para que houvesse por parte do Governo Federal, da Casa Civil e do Presidente da República total clareza de entendimento.

3.2 Estudos Estratégicos em Andamento [TP-04] [Pág. 14-18]

3.2.1 Antes de iniciar o tema de pauta 04, TRA assumiu a presidência dos trabalhos convocou Nelson Barbosa Leite (NBL) do PNF/MMA para secretariar da reunião.

3.2.2. NBL introduziu o ponto de pauta 04 esclarecendo que durante as primeiras reuniões da CONAFLORE foram levantados temas demandavam um estudo aprofundado para balizar as discussões e recomendações sobre diretrizes de políticas públicas feitas pela comissão. Foram identificados quatro temas de estudo:

- Políticas e Programas Florestais nos Estados
- Sistema Nacional de Parcelas Permanentes
- Levantamento de Situações de Conflito em Plantações Florestais
- Florestas Urbanas

3.2.3 **Política de programas florestais dos estados** – TRA esclareceu durante a primeira reunião da CONAFLORE foi sugerido que os representantes dos estados (ABEMA) apresentassem o estado da arte das políticas e programas florestais durante as reuniões da CONAFLORE. Porém devido a dificuldade dos representantes das regiões levantarem os dados de todos os estados o PNF estará realizando diretamente este levantamento junto aos estados.

Foi elaborado um termo de referência cujos produtos são um relatório que seria apresentado na próxima reunião do CONAFLOOR e um histórico das políticas e programas florestais nos estados brasileiros, uma descrição sucinta das políticas e programas florestais em andamento nos estados. Haveria uma caracterização das estruturas responsáveis pelo setor florestal em cada estado e principais metas dos programas florestais estaduais para os próximos 3 anos. Outro produto desse estudo seria um pequeno banco de dados sobre aquilo que os estados estão fazendo.

Foram recebidas 4 propostas para realização desse estudo e foi selecionado o Dr. Joesio Siqueira do Paraná que vai estar fazendo o levantamento desses estudos nos estados.

As seguintes intervenções foram realizadas:

- **Carlos Alberto Dayrell** do Fórum Brasileiro de ONGs, destacou a importância de se identificar programas públicos não governamentais afim de se conhecer as experiências de programas públicos não governamentais de uso e manejo de áreas florestais e assim enriquecer essa base de formação de experiência que estava sendo desenvolvida a nível do Brasil.
- **TRA**, então, sugeriu que fosse construído um novo termo de referência específico para as iniciativas não governamentais

Encaminhamento:

- Apresentar os resultados do estudo na próxima da CONAFLOOR para Debate.
- Desenvolver um TdR para contratar levantamento das iniciativas não governamentais com política públicas voltadas para o desenvolvimento florestal sustentável.
- Apresentar breve relato dos principais programas federais que interagem com o PNF.

3.2.4. **Sistema Nacional de Parcelas Permanentes** – TRA esclareceu que durante as primeiras reuniões da CONAFLOOR, foi salientada a necessidade de se contar com informação de qualidade para a tomada de decisões. Como parte do Sistema Nacional de Informações Florestais, o PNF estaria realizando um estudo para iniciar as atividades de um inventário nacional, incluindo um sistema nacional de parcelas permanentes.

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas está trabalhando para estabelecer um sistema de monitoramento constante da cobertura florestal brasileira. Os mapas de remanescentes de todos os biomas devem estar prontos em 2005. Para complementar foi contratado um estudo para qualificar o estado das florestas a partir de um Sistema Nacional de Parcelas Permanente

Os termos de referência deste contrato prevêm (i) entender a experiência internacional com Sistema de Parcelas Permanentes (ii) identificar, caracterizar o que os estados estão fazendo, (iii) entender como funcionam os sistemas de medição nos outros setores da economia e, por último, (iv) elaborar uma proposta com as alternativas mais aplicáveis para o Brasil fazer o Sistema de Parcelas Permanentes.

Foram recebidas 4 propostas para fazer esse levantamento e 3 propostas para gestão de parcelas permanentes e foi selecionada a EMBRAPA Florestas de Colombo/PR que apresentou uma proposta legal que incorpora o Sistema EMBRAPA para fazer esse trabalho e o compromisso de trabalhar com todas as outras redes de Parcelas Permanente.

As seguintes intervenções foram realizadas:

- **Paulo Sérgio Pelegrini** (ABEMA NE) destacou a necessidade de se planejar de forma cuidadosa os formatos dos bancos de dados de forma que se compatibilizem com as diferentes fontes de informação inclusive de outras áreas como recursos hídricos. Isso viabilizaria o planejamento de monitoramento de políticas integradas Salientou a importância de trabalhar com o conceito de data-in-house onde as informações podem ser geridas nas pontas a partir de uma base única.
- **Pedro Roberto Madruga** (ABEAS) destacou a necessidade de uniformização do trabalho deste Sistema de Parcelas Permanentes entre os estados, pelo menos no que diz respeito a mapeamento, sem o qual não seria possível ter parâmetros de comparação.
- **Eirivelthon Santos Lima** (FBOMS) salientou a importância das informações qualitativas sobre recurso florestal, de forma que seria necessário haver inventários para identificar características, volume das espécies, o que seria fundamental para um planejamento de concessões.
- **Luis Carlos Joels** (MCT) informou que há mais de 4 anos o CNPq financia o Programa de Ecologia de Longa Duração (PELD) em 12 sites no Brasil, fazendo acompanhamento de variáveis ecológicas e, em alguns casos, acompanhamento de florestas. Um dos sites é coordenado pela EMBRAPA Florestas e, portanto, espera que haja uma convergência com a iniciativa da rede de parcelas permanentes.
- **TRA** destacou a realização de um seminário nos dias 14 e 15 de julho a respeito da questão do Sistema Nacional de Parcelas Permanentes. Haveria a presença de Peter Homgreen, coordenador do Levantamento Global de Recursos Florestais da FAO. Haveria a presença de especialistas da área, pessoas da EMBRAPA, do Instituto Floresta, o IBGE e das várias redes que trabalham com parcelas permanentes no Brasil. Salientou que o PELD estará representado na reunião.
- **José Roberto Postalli Parra** (ABC) salientou que a discussão não deveria se restringir a um evento/workshop e que o esforço deve ser feito para conseguir uma padronização considerando as diferentes características regionais.

Recomendação:

- Fazer-se uma interação explícita com o MCT no tema do Sistema Nacional de Formações Florestais;

3.2.5 Levantamento de situações de conflito em plantações florestais - Foi levantada nas três reuniões da CONAFLO a necessidade de se enfrentar os problemas de conflito envolvendo planos florestais. O PNF estava realizando um mapa de conflito na área de plantações florestais no Brasil, para subsidiar o desenvolvimento de ações, para evitar, minimizar e mitigar os conflitos.

As seguintes intervenções foram realizadas:

TRA esclareceu que foram contratados os seguintes produtos: (i) um histórico de conflitos sócio-ambientais relacionados a plantios florestais no Brasil, quais são as grandes linhas, de onde está acontecendo, um levantamento geográfico dos locais e regiões de conflitos; (ii) caracterizar o que é o conflito, e os atores e grupos de interesses envolvidos; (iii) principais medidas que já foram adotadas para tentar lidar

com esses conflitos; (iv) propostas de estratégias para reduzir os aspectos conflituosos identificados.

Foram recebidas 4 propostas e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da UNB foi selecionado pela qualidade da proposta metodologia.

- **Carlos Alberto Dayrell** (FBOMS) chamou a atenção para o fato de que os conflitos não são pontuais, são generalizados. A maior parte desses conflitos não são visíveis para a sociedade, não estão registrados. É importante que a metodologia garanta a identificação real desses conflitos. Também destacou a importância de se incorporar no termo de referência a realização de audiências regionais. Além disso, que se considerasse como qualitativa as informações dos moradores locais pois há poucas pesquisas independentes que apontam de fato as questões sociais, ambientais, econômicas em áreas impactadas pela monocultura e seria importante garantir, dar reconhecimento de fato à vivência e ao conhecimento dos moradores locais que vivem no entorno dessas áreas.
- **Henrique Moreira de Melo Silva** (ABEF) sugeriu explicitar nos termos de referência a consulta a entidades de trabalhadores rurais em especial os sindicatos de trabalhadores rurais, os movimentos de trabalhadores sem terra e movimentos de pequenos agricultores.
- **Mauro Victor** (SBPC) sugeriu que seja pensado, talvez para um novo termo de referência, as interações entre os complexos de produção e as comunidades envoltórias.
- **Oscar Arruda D’Alva** (FBOMS) lembrou que muitas das comunidades não tem, sequer, acesso à internet. Então, que o levantamento direto em campo através de audiência deve ser considerado.
- **Pedro Eduardo Graça Aranha** (FBOMS) sugeriu que fossem realizadas reuniões ampliadas com as redes de ONGs para tratar da identificação dos conflitos.
- **Eirivelthon Lima** (FBOMS) sugeriu que fosse realizado também um estudo sobre as situações de conflito em manejo de florestas naturais que seria muito importante especialmente para Amazônia.

O Presidente ponderou que a realização de audiências públicas neste primeiro estudo poderia ser inviabilizada pelo orçamento e que poderia ser uma recomendação para o seguimento do estudo que na primeira fase visa elaborar uma mapa geral dos conflitos. Em seguida foram encaminhadas as seguintes recomendações:

- | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver um termo de referência para fazer um mesmo levantamento de conflitos para áreas de florestas naturais;• Propor os executores do Estudo de Conflitos em Plantações Florestais que (i) considerem como qualitativas as informações grupos locais e (ii) considerem incluídos os trabalhadores nos termos de referência do estudo. |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

3.2.4 **Florestas Urbanas** – TRA esclareceu que este tema não parecia incorporado ao PNF, como apontado na primeira reunião do CONAFLO. A Secretaria elaborou então um primeiro estudo sobre conceitos e uma visão geral de florestas urbanas no Brasil, para subsidiar o processo de inclusão desta matéria no Programa Nacional de Florestas.

TRA esclareceu que o termo de referência havia sido desenvolvido com a ajuda de Mauro Victor, que propôs na CONAFLOr o tratamento do tema. O TdR prevê os seguintes resultados: (i) caracterizar conceitualmente o que é floresta urbana; (ii) proporcionar uma visão de como funciona, o que é floresta urbana no Brasil e (iii) elaborar um conjunto de propostas de como esse tema poderia ser incorporado na estratégia do Programa Nacional de Florestas.

Este termo de referência seria enviado por e-mail aos membros da CONAFLOr e a contratação ocorria nas semanas seguintes.

Encaminhamento:

- Circular o termo de referência para divulgação e contratação.

3.2.5 Em seguida **TRA** explicou que havia um Grupo de Trabalho sobre Reposição Florestal e que estariam desenvolvendo uma série de termos de referência para poder fazer a revisão do Sistema. O assunto entraria em pauta na semana seguinte.

3.2.6 **Virgílio Maurício Viana** (ABEMA-NO) questionou se havia perspectiva de apoio do Ministério do Meio Ambiente aos estados para que eles fizessem um estudo para a formulação das políticas estaduais de meio ambiente. **TRA** esclareceu que o projeto que apoiava os estudos se encerraria em setembro e que haveria possibilidade de estudos específicos de com recursos na ordem de R\$ 20 a 30 mil sendo os TdR elaborados em parceria entre PNF e o respectivo estado ou instituição interessada.

4. Edital Demanda Espontânea do Fundo Nacional do Meio Ambiente [TP-09]

4.1. O Presidente deu seqüência solicitando que fosse apresentado o tema de pauta 09 referente ao linhas temáticas para projetos de demanda espontânea, relacionada à água e às florestas.

4.2. TRA iniciou explicando que o Fundo Nacional do Meio Ambiente é um dos principais instrumentos de fomento na área ambiental do Brasil. O FMNA é ligado à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente e é coordenada pelo conselho deliberativo, formado por representantes do governo e da sociedade civil. Uma das linhas temáticas é água e florestas, que está passando por uma revisão de suas diretrizes que deverão operar de 2004 a 2007. As novas diretrizes propostas foram elaboradas pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, a Secretária de Biodiversidade de Florestas e a Secretaria de Recursos Hídricos.

Informou que em anexo estavam as propostas preliminares do núcleo água e florestas, a serem apoiadas durante 2004 e 2007. Seria necessário analisar os documentos, oferecer sugestões e recomendações e o encaminhamento. A revisão da CONAFLOr é importante porque o FNMA está sendo tratado como um órgão que opera as políticas que estão sendo traçadas pelas diversas secretarias.

As contribuições e os comentários específicos podiam ser enviados até dia 15 de julho, impreterivelmente.

Esse documento seria para o conselho deliberativo e a versão final, aprovada pelo conselho deliberativo, seria enviada a todos os membros do CONAFLOr.

- **Paulo Sérgio Pellegrini** sugeriu que poderia se fazer uma outra ação também que fosse de fomento aos estados que têm interesse ou até mesmo particular em tomar recursos em agentes financeiros internacionais.

- **TRA** disse que poderiam reunir a informação de como se acessa recursos nessas outras fontes. O primeiro movimento: seria organizar um material sobre o assunto, depois discutir se seria a melhor forma de fazer. Também disse que deveria estar no CD da reunião, que acabara de ser criado um site com todas as fontes do recurso de áreas florestal no mundo.

Encaminhamentos:

- Enviar versão final do Edital de Demanda Espontânea para os Membros da CONAFLOR
- Informar na Próxima Reunião sobre o Site de Fontes de Financiamento Florestal do CPF – *Colaborative Partnership on Forests*.

5. Outros temas.

5.1. Antes de realizar a pausa para o almoço foram apresentados um conjunto de folders e cartazes sobre financiamento da atividade florestal. O material foi preparado para servir diretamente aos produtores rurais e profissionais de assistência técnica para conhecer as linhas de financiamento da atividade floresta e suas condições. Foram distribuídas cópias ao presentes.

5.2. A reunião foi suspensa às 12:30 para o almoço retornando às 14:00 h.

5.3. Após o intervalo para o almoço **TRA** apresentou o conteúdo do CD que consta na pasta dos participantes:

- Todo o material contido na pasta de reunião
- Relatório do seminário que foi feito sobre os termos de referência para a contratação do empréstimo
- Cópia do relatório da viagem à Austrália
- PL de avaliação ambiental estratégica

6. Preparação do empréstimo para financiamento do PNF [TP-06] [Pág. 38-50]

6.1. O Presidente JPC solicitou a TRA que apresenta-se o tema de pauta 6 referente a preparação do empréstimo junto ao Banco Mundial para financiamento do PNF.

6.2. TRA explicou que o MMA submeteu e aprovou em 2002 uma carta consulta para solicitar financiamento externo, através do Banco Mundial, para implementação do projeto de apoio ao uso sustentável das florestas brasileiras. O projeto tem um orçamento previsto de 182 milhões de dólares, dos quais 100 milhões serão oriundos de empréstimos internos e 82 milhões serão formados por recursos internos, União, Estados e Municípios.

Para tornar o empréstimo uma realidade, será preciso desenvolver uma aplicação dos recursos que estejam em sintonia com as novas diretrizes do PNF. O Banco Mundial requer que sejam apresentados estudos do impacto econômico, social para a implementação do programa, bem como as regras, para garantir que durante as implementações, os aspectos sócio-ambientais estejam sendo respeitados de forma declarada, bem como os estudos complementares. O MMA obteve uma doação de oitocentos e cinco mil dólares do governo japonês para fazer o projeto de preparação do empréstimo.

Na primeira reunião do CONAFLOR, foi apresentada a carta-consulta e as modificações para o empréstimo. Durante a reunião, foram apresentadas e debatidas as propostas temáticas particulares, os termos de referência para os estudos preparatórios para o empréstimo. A comissão teria a seguinte formação: dois representantes dos estados, ABEMA Norte e a ABEMA Sudeste, um representante das ONGs, o Fórum Brasileiro das ONGs, um representante dos movimentos sociais, dois representantes das cadeias

produtivas, silvicultura e madeira sólida, um representante SBEF e representantes do IBAMA, EMBRAPA e demais ministérios envolvidos. Nos dias 25 e 26 de abril, foi realizado um seminário em Brasília para a definição dos termos de referência. Após o seminário foi decidido o formato da contratação. Serão realizados dois editais.

O primeiro contratará um diagnóstico da situação florestal do país e realizará uma avaliação dos impactos sociais e ambientais do PNF em relação às salvaguardas do Banco Mundial. O segundo edital inclui o monitoramento dos trabalhos do primeiro edital, bem como a montagem do documento de projeto a ser apresentado ao Banco Mundial.

Como parte do processo de contratação dos estudos, é necessário realizar uma consulta pública sobre os termos de referência relacionados à avaliação dos potenciais frente a salvaguardas do Banco Mundial. Seria, então necessário: oferecer críticas e sugestões sobre os termos de referência relacionados ao projeto, frente à salvaguarda do Banco Mundial.

6.2. Em seguida foi aberta a palavra para comentários gerais:

- **Eirivelthon Lima** (FBOMS) questionou a pertinência de se fazer um novo diagnóstico da situação florestal do Brasil sugerindo que tal diagnóstico já poderia ter sido feito no momento de elaborar a carta consulta para o Banco Mundial. Questionou também se seria possível fazer uma análise de impacto vis-à-vis as salvaguardas do Banco se as atividades específicas serão definidas num no momento de implementação do projeto.
- **Virgílio Viana** (ABEMA-NO) falou que já foi feito um diagnóstico preliminar pelo departamento de avaliações do banco e que agora o tema crucial era desenvolver com mais detalhes a estratégia de ação e seus impactos. Sugeriu que o projeto seja pensado a partir da ótica de diferentes públicos como extrativistas, indígenas etc. Chamou a atenção também para o fato dos estados estarem também formulando suas agendas e portanto seria fundamental a interação com estes na formulação do projeto completo do empréstimo. Sugeriu também numa segunda intervenção que o projeto se concentra-se no apoio as iniciativas promissoras já identificadas.
- **Carlos Alberto Dayrell** (FBOMS) disse que é importante que o processo tenha uma discussão bem ampla, com os possíveis atores e regiões a serem envolvidos ou impactados. Também sugeriu mais ênfase ao manejo sustentável das florestas nativas e menos em reflorestamento (especialmente em sistemas de monocultivo). Salientou a necessidade de se pensar alternativas ao modelo de monocultura de eucalipto e pinus e envolver as universidades neste esforço.
- **João Antônio Fagundes Salomão** (MAPA) expressou a preocupação com a forma como temas como uso de agrotóxicos e susceptibilidade ao fogo vão entrar na análise de riscos uma vez que ele vê estes temas como delicados e cruciais.

6.3. O presidente esclareceu que o projeto quando pronto voltaria à CONAFLO para consulta de forma que o produto final refletisse as preocupações de demandas dos diversos atores do setor florestal.

6.4. TRA explicou que o processo pensado para a aplicação dos recursos do empréstimo com o Banco Mundial visava atender a todo o programa e que as atividades específicas seriam definidas e realizadas de acordo com o planejado a partir do PPA. TRA salientou que do ponto de vista do programa como um todo, havia cinco "pedras grandes" que são essenciais para o sucesso do programa: (i) alçar o programa como prioridade na agenda do desenvolvimento do país, que estivesse na agenda da Presidência da República (atingindo em fevereiro de 2004); (ii) a existência de um espaço de diálogo e

consulta permanente com a sociedade (CONAFLO); (iii) regulamentação para a gestão das florestas públicas, que são mais de 50% no Brasil; (iv) estabelecer um espaço institucional para tratar do tema de fomento e desenvolvimento florestal e por fim (v) a descentralizar a gestão florestal para estados e municípios.

6.5. Os seguintes encaminhamentos foram definidos:

- Os membros enviariam suas sugestões até a sexta-feira seguinte a reunião para que fossem incorporadas nos termos de referência.
- Incluído nos critérios de seleção da melhor proposta para elaboração do projeto de empréstimo junto ao Banco Mundial a metodologia que seria utilizada para fazer os estudos.
- Quando pronto projeto deve passar no CONAFLO antes de poder ser enviado para o banco.

7. Agenda Internacional: Revisão do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais no âmbito da OIMT [TP-07] [pág 50-63]

- 7.1. O Presidente convidou para compor a mesa o Secretario Luis César Gasser, Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base no Ministério das Relações Exteriores para que fosse iniciado os trabalhos sobre o tema de pauta 07 referente a revisão do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais.
- 7.2. TRA introduziu o tema explicando que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas é responsável juntamente com o Itamarati por acompanhar a Agenda Internacional relacionado a florestas, entre elas a Organização Internacional de Madeiras Tropicais – OIMT ou Inglês ITTO. O Brasil é membro da OIMT juntamente com outros 58 países produtores ou consumidores de madeira tropical.

A OIMT foi criada no âmbito UNCTAD a partir de um acordo internacional de madeiras tropicais, o chamado ITTA que teve a sua primeira versão em 83 e a segunda mais conhecida em 94. O acordo prevê a meta de ter todo o comércio de madeiras tropicais dos países signatários a partir de fontes sustentáveis e mecanismos de financiamento e apoio para que os países atinjam essa meta.

Entre 2003 e 2004 o governo brasileiro desenvolveu um marco lógico para o trabalho de cooperação no âmbito ITTO e apresentou um trabalho pioneiro de seleção de projetos para apresentar a ITTO que incluiu a participação do CONAFLO. O acordo venceu em 2000 e foi renovado até 2006 e em 2004 está sendo negociado um novo acordo que vigorará a partir de 2006. Na discussão do novo acordo está em jogo o escopo do acordo e os mecanismos de implementação.

Na documentação preliminar foram enviadas informações sobre as opções que estão sendo trabalhadas e o objetivo do ponto de pauta é colher subsídio da CONAFLO como consulta para formar a posição brasileira sobre o novo acordo.

- 7.3. O Presidente solicitou que o Secretario Luis César Gasser fizesse uma breve exposição do andamento da renegociação do acordo internacional de madeiras tropicais e as principais opções que estão em debate.
- 7.4. **Luís César Gasser** – agradeceu o convite da CONAFLO para debater um tema importante no campo das negociações diplomáticas e pela oportunidade de também ouvir sugestões, idéias, dúvidas e poder estabelecer essa interação importante para levar a um bom termo esta negociação no novo acordo.

Explicou que o Brasil tem enorme importância no ITTA e na ITTO não só porque conta com o maior número de votos, mas porque irá presidir a conferência diplomática da renegociação bem como representa o grupo de produtores. Além disso o Diretor Executivo da organização, Manoel Sobral Filho, é Brasileiro.

Esclareceu que a conferência das partes seria realizada em Genebra de 26 a 30 de julho e o Brasil tem a função de porta-voz dos países produtores da organização. Explicou que existem dois temas fundamentais em pauta: (i) o escopo e a abrangência do acordo e (ii) as questões financeiras.

Quanto ao escopo o acordo atual, trata de madeiras tropicais. São os objetos do acordo, enfim, tratar do manejo sustentável, de atingir o objetivo de um manejo sustentável das florestas tropicais e para que esse começo se faça com base no conceito da sustentabilidade. Existe uma proposta de ampliar a abrangência do acordo para outros temas como produtos não madeireiros e serviços ambientais. O Brasil vem sustentando que é preciso aperfeiçoar o acordo atual sem mudar a abrangência uma vez que as metas iniciais não foram atingidas. Os PFNM e Serviços Ambientais podem ser tratados, mas não devem ser objeto central de um projeto, portanto, não devem ser um dos objetivos do acordo, eles devem ser tratados à margem das atividades previstas no acordo.

O segundo grande tema que é a questão financeira. O AIMT é um acordo *sui-generis* uma vez que possui um mecanismo de financiamento de projetos para implementá-lo. No mecanismo atual a organização conta com três contas: (i) a conta administrativa – que recebe contribuição de todos os membros e serve para financiar a estruturada ITTO e (ii) a conta de projetos que recebe fundos voluntários com destino marcado e (iii) o fundo de Bali, também de contribuição voluntária que serviria para financiar projetos sem marcação prévia.

Este arranjo faz com que a organização funcione na base da cooperação bilateral já que os doadores escolhem diretamente quem desejam financiar, direcionando projetos. Vários projetos aprovados pela ITTO não conseguiram financiadores. Isso permite criar um ciclo propício ao clientelismo.

O Brasil tem defendido que a ITTO trabalhe com um fundo único de projetos com contribuições obrigatórias e voluntárias, ambas não marcadas.

7.5. TRA fez uma leitura do que é a ITTO, suas atividades, e o que estava sendo discutido: como o escopo da organização deveria ser mudado ou se não deveria ser mudado e como o mecanismo aplica no dia a dia. Em seqüência, TRA explicou que a partir de 2004 o Brasil mudou a estratégia de apoio ao projetos enviados a ITTO. O Brasil apoiará projetos que atendam as linhas programáticas estratégicas que dialogam com PNF. Já em 2004 o representantes da CONAFLOR participaram do processo de seleção de propostas a serem apoiadas pelo Brasil.

7.6. Em seguida os membros da CONAFLOR se manifestaram:

- **Virgílio Maurício Viana** (ABEMA-NO) parabenizou o Itamaraty e o MMA pela iniciativa de trazer esta discussão à CONAFLOR e sinalizou que acredita que existem várias oportunidades do Brasil inovar na agenda florestal internacional. Afirmou acreditar que o Brasil deveria sim apoiar uma mudança de escopo incluindo o tema de serviços ambientais que tem um potencial enorme de se desenvolver nos próximos anos e o país não pode ficar a reboque, deve ser líder nesta agenda.

- **Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) disse que o Brasil tem uma posição muito tímida quase subalterna no debate sobre o mercado de produtos florestais e precisa mudar para uma posição ousada, criativa, inovadora e de liderança. Liderar os produtores é um avanço, mas precisamos mudar o foco que esta na madeira que é muito aviltada no mercado internacional para que seja tratada como matéria prima nobre, escassa e alto risco e que isso se reverta no seu preço e valor no mercado internacional. É preciso incorporar no preço da madeira os seus valores ambientais. Não seria o caso de ressuscitar a idéia de uma OPEP da madeira?
- **Eirivelthon Lima** (IPAM/FBOMS) questionou como a posição do Itamaraty sobre a revisão do acordo foi formada, se houve consulta ou foi apenas um exercício interno. Complementou citando as conclusões de um seminário internacional ocorrido em 2003 na Alemanha que conclui que ¼ das florestas do mundo pertencem a pequenos produtores e comunidades indígenas, extrativistas e etc e que a tendência mundial é de crescimento destas áreas. O mesmo seminário identificou que a madeira não será o carro chefe do desenvolvimento econômico destas comunidades. Os produtos não madeireiros serão mais importantes para estas comunidades. Neste contexto, sugeriu que a não inclusão de não madeireiros no escopo poderia limitar a participação de comunidades nos projetos para ITTO.
- **Rubens Gomes** (GTA/FBOMS) externou a preocupação de que a ITTO acabe focando muito em madeira como commodity de baixo valor agregado e sugere que nas linhas de ação dos projetos se agregasse o tema de capacitação e tecnologia para agregação de valor para produtos tropicais.

7.7. Luis César Gasser agradeceu as intervenções e sugestões ressaltando que produtos florestais não madeireiros e serviços ambientais deveriam ser incluídos no escopo de projetos, sempre considerando o contexto de manejo florestal sustentável integral que inclui também os produtos madeireiros. Explicou que o processo de formação de posição do Itamaraty passou por consulta com os Ministério do Meio Ambiente, Indústria e Comércio e Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

7.8. TRA e JPC estressaram a importância de promover um processo de discussão com mais prazo, onde se pudesse envolver os atores interessados, nas academias, nas ONGs, no setor empresarial envolvido e criar um pouco, ouvir mais subsídios, o que só ajudaria a atuação em todas aquelas áreas. Considerou importante também que se evoluísse no plano internacional, no sentido de garantir uma melhor compressão e valorização dos serviços ambientais, que têm um papel fundamental.

7.9. Foi aprovado o seguinte encaminhamento:

- | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar na próxima reunião da CONAFLOM um relato sobre a Conferência das Partes para renegociação do acordo de madeiras tropicais |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

8. Revisão do Programa Nacional de Florestas do Plano Pluri-anual (PPA) [TP-08]

8.1. Antes de iniciar o tema de pauta 08 referente a revisão do Plano Plurianual (PPA) o Presidente pediu desculpas para se retirar para um compromisso urgente na Casa Civil e solicitou que Nelson Barbosa assumisse a secretaria da reunião que passou a ser presidida por TRA.

- 8.2. Nelson Barbosa introduziu o tema de pauta explicando que em 2003 foi elaborado o plano pluri-anual 2004/2007 do Governo Federal. Pode ser acessado na íntegra pelo site www.planejamento.gov.br. Na época de sua elaboração, boa parte das ações do Programa Nacional de Florestas estava em gestação e o plano cobre, parcialmente, as ações previstas.

Em 2004, o PNF passou a vigorar entre os programas prioritários da Presidência da República. A PPA está passando agora pelo processo de revisão do primeiro ano, que permite ajustes no programa.

- 8.3. TRA falou que o processo de revisão do PPA tinha três fases básicas: A primeira entre maio e junho é a fase de revisão dos programas e ações quando se verifica cada um dos programas, e se avalia o próprio programa, cada uma das ações para decidir aquelas que ficam ou saem. A segunda fase, em que se coloca metas para cada uma das ações e respectivos programas. E na terceira fase, é quando se coloca o dinheiro.
- 8.4. Em seguida TRA apresentou a lógica do documento apresentado a CONAFLO. Explicou o programa foi organizado tomando como tema central, as duas grandes ações estratégicas do Programa Nacional de Florestas: (i) expansão da base florestal consorciada com a recuperação de áreas degradadas e (ii) a expansão da área florestal manejada, consorciada com a proteção de áreas com alto valor para a conservação. Em seguida foram organizadas as ações que vão aparecer no programa pluri-anual, atendendo a lógica dos instrumentos de política pública. Quais são as ações que lidam com a parte de fomento, do monitoramento e controle, informação e tecnologia e, por fim, regulamentação e fiscalização. Seguiu-se uma explicação detalhada de cada item.
- 8.5. A apresentação foi acompanhada pelo representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão Raquel Porto Mendes Fonseca.
- 8.6. Aberta a palavra, as seguintes considerações foram realizadas pelos membros:
- **Carlos Alberto Dayrell** (Rede Cerrado/FBOMS) externou a preocupação com a meta de expansão da base florestal plantada, questionando como, onde, qual o modelo tecnológico que será aplicado e a quem deverá atender esta expansão. Os impactos desta expansão devem ser claramente considerados.
 - **Paulo Sérgio Pellegrini** (ABEMA-NE) questionou se tema de fogo esta incorporado nas propostas de trabalho uma vez que sempre surge como tema de pauta nos debates sobre o PRONAF Florestal na Bahia. Também notou que na proposta de Centros de Treinamento fazia referência apenas a Amazônia. Salientou também a importância de se pensar a questão da produção de biomassa para diminuir a pressão sobre as florestas nativas para fins energéticos.
 - **Rosângela Maria Mancini Hernandez** (ABIHPEC) - externou o interesse de participar e contribuir com a meta de promoção do manejo e certificação de produtos florestais não madeireiros.
- 8.7. TRA esclareceu que o PNF interage com outros programas no PPA. Por exemplo no caso da monitoramento de condições de trabalho no campo existe um programa específico no ministério do trabalho. Para monitoramento da questão de espécies invasoras o tema é tratado no contexto do Programa de Biodiversidade. Foi esclarecido também que o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal é para todos os biomas e que o texto do continha um erro que seria corrigido.

8.8. Em seguida TRA falou da expectativa de metas e orçamento para o programa e sugeriu que os comentários específicos fossem enviados para o PNF. O seguinte encaminhamento foi acordado:

- O PNF enviará aos membros a versão final do PPA revisado com as metas e orçamento previsto para 2005.

9. Encerramento

9.1 Sem outros assuntos para tratar a reunião foi encerrada as 17h.

Anexo 1. Lista dos Participantes da Reunião

MEMBROS TITULARES

Instituição Membro do Decreto	Nome do Membro
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Mauro Antônio Moraes Victor
Fármacos, alimentos e cosméticos	Rosângela Maria Mancini Hernandez
ABEAS - Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior	Fernando Antônio Souza Bemerguy
Academia Brasileira de Ciências	José Roberto Postalli Parra
Madeira Sólida	Fernando Castanheira
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura	Girolamo Domenico Treccani
ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal	Henrique Moreira de Melo Silva
Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Amazônia)	José Rubens Pereira Gomes
Silvicultores e Manejadores de Floresta	Rubens Cristiano Damas Garlipp
Óleos e Resinas	Eduardo Monteiro Fagundes
ABEMA	Virgílio Maurício Viana
ABEMA	José Carlos Carvalho
IBAMA	Antonio Carlos Hummel
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais	Pedro Eduardo Graça Aranha
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Cerrado)	Carlos Alberto Dayrell
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Caatinga)	Oscar Arruda D'Alva
SBEF - Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais	Carlos Adolfo Bantel
Comunidades Extrativistas	Joaquim Correa de Souza Belo
Ministério da Agricultura	João Antonio Fagundes Salomão
Ministério das Minas e Energia	Andrea Coelho Figueiredo
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Raquel Porto Mendes Fonseca
Ministério da Integração	Luiz Alberto Rabi Junior
Ministério do Meio Ambiente	João Paulo Ribeiro Capobianco
Ministério do Meio Ambiente	Tasso Rezende de Azevedo

MEMBROS SUPLENTE

Instituição Membro do Decreto	Nome do Membro
Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais	Eirivelthon Lima
ABEMA	Paulo Sérgio Pellegrini
Ministério da Educação	Soraia Silva de Mello
Ministério de Minas e Energia	Elizeu Pereira Vicente
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Afonso Celso Brandão
Ministério da Ciência e Tecnologia	Luiz Carlos de Miranda Joels
Ministério do Meio Ambiente	Nélson Barboza Leite

CONVIDADOS

Nome	Instituição
Luis Cezar Gasser	Divisão de Produtos de Base / Ministério das Relações Exteriores
Simone	Departamento de Meio Ambiente / Ministério de Relações Exteriores